

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS E A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

Instituto Geográfico Português, adiante designado por IGP, pessoa colectiva n.º 506132307, com sede na Rua Artilharia Um, n.º 107, 1099-052, Lisboa, aqui representado pelo seu Director-Geral, Engenheiro Geógrafo Arménio dos Santos Castanheira,

e

A **Agência Portuguesa do Ambiente**, adiante designada por APA, pessoa colectiva n.º 600082660, com sede na Rua da Murgueira, n.º 9/ 9A, 2610-124 Amadora, aqui representada pelo seu Director-Geral, Professor Doutor António Gonçalves Henriques,

Celebram entre si o presente protocolo de cooperação que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objecto)

O presente protocolo tem como finalidade o estabelecimento de acções de cooperação técnico-científica nos vários domínios respeitantes ao desenvolvimento das actividades que forem consideradas de interesse mútuo pelas partes contraentes.

Cláusula 2.ª

(Aplicação e Deontologia)

1. Os conhecimentos e informação obtidos poderão ser utilizados para fins científicos ou pedagógicos, exceptuando-se a divulgação de informação considerada por ambos os outorgantes sensíveis ou sigilosos a que qualquer das partes tenha acesso.
2. Não é permitida a exploração comercial dos conhecimentos e informação obtidos, salvo acordo escrito, expressamente aceite ambas as partes.

Cláusula 3.ª

(Implementação do Protocolo)

1. Os termos de implementação das diversas acções de cooperação a desenvolver serão necessariamente acordados através da celebração de Termos Adicionais ao presente protocolo, tendo em consideração a regulamentação em vigor no Instituto Geográfico Português e na Agência Portuguesa do Ambiente sobre a matéria em causa, devendo dos mesmos constar:

- a) A descrição do projecto e seus objectivos;
- b) A identificação da equipa de trabalho e dos elementos responsáveis pela sua coordenação;
- c) As condições relativas ao financiamento do projecto, caso estas existam, nomeadamente os encargos a suportar por cada instituição;
- d) A respectiva duração.

podendo ser denunciado por qualquer das partes contratantes, com a antecedência mínima de sessenta dias, através de carta registada, com aviso de recepção.

Cláusula 4.ª

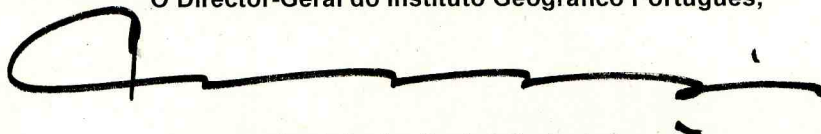
(Duração e Denúncia)

1. O presente protocolo é válido a partir da presente data e vigorará por um ano, sendo renovável por períodos iguais e sucessivos enquanto não for denunciado por qualquer das partes.
2. A denúncia prevista no número anterior deve ser comunicada à outra parte, com a antecedência mínima de sessenta dias relativamente ao termo de cada período de vigência, através de carta registada com aviso de recepção, sem prejuízo do cumprimento integral das acções que estiverem em curso.
3. A qualquer momento que entendam oportuno e por mútuo acordo, podem as partes rever a presente cláusula ou rescindir o presente protocolo.

O presente protocolo está redigido em 2 páginas, todas rubricadas pelos seus outorgantes, com excepção da última, que pelos mesmos vai assinada, e é elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada uma das partes.

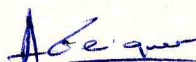
Lisboa, 7 de Abril de 2008

O Director-Geral do Instituto Geográfico Português,



Arménio dos Santos Castanheira

O Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente,



António Gonçalves Henriques

**TERMO ADICIONAL AO
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE
INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS E A AGÊNCIA PORTUGUESA DO
AMBIENTE**

O Instituto Geográfico Português (adiante designado por IGP) e a Agência Portuguesa do Ambiente (adiante designada por APA), considerando de mútuo interesse para a prossecução dos seus objectivos o estabelecimento de formas de cooperação, celebram entre si, através dos seus representantes legais, o presente Termo Adicional ao Protocolo de Cooperação entre as duas instituições, com o intuito de assegurar uma parceria no âmbito do desenvolvimento do Atlas Nacional On-line, a ser produzido e divulgado pelo IGP.

Cláusula 1.^a

(Objecto)

É objecto do presente Termo Adicional ao Protocolo de Cooperação entre o IGP e a APA a produção de cartografia temática relacionada com a área de trabalho privilegiada por cada um dos contraentes, visando uma futura integração no Atlas Nacional *On-line*, de acordo com o projecto que se encontra a ser desenvolvido pelo IGP.

Cláusula 2.^a

(Identificação dos responsáveis pelo Projecto)

1. A APA identifica, desde já, como responsável pela realização do objecto do presente contrato, o Dr. Luís Miguel Baltazar, Especialista de informática do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação.
2. O IGP identifica como responsável científico pelo acompanhamento do presente contrato o Doutor António Alves da Silva, Investigador Auxiliar da Direcção de Serviços de Investigação e Gestão da Informação Geográfica (DSIGIG).

Cláusula 3.^a

(Competências da Agência Portuguesa do Ambiente)

1. É da competência da APA:
 - a. Colaborar activamente, e no domínio das suas competências técnicas e científicas, na produção cartografia temática relacionada com o ambiente, disponibilizando-a, posteriormente, e por via *webservice*, no Atlas Nacional *On-line*;
 - b. Contribuir para a construção e criação de uma base de dados de informação geográfica partilhada, igualmente, num formato de *webservice*.

- c. Colaborar na definição e adopção de uma base de elementos estruturantes para a produção de cartografia temática de modo a que, num futuro próximo, o universo de informação produzido pelas várias fontes seja uniforme, o qual viabilizará uma integração e visualização conjuntural da mesma.
- d. Integrar um Conselho Parceiros Institucionais (CPI) para o Atlas Nacional *On-line*, o qual irá definir as linhas estratégicas dos vários temas a abordar.

Cláusula 4.ª

(Competências do Instituto Geográfico Português)

1. É da competência do IGP:
 - a. Coordenar o desenvolvimento do Atlas Nacional *On-line*;
 - b. Divulgar e disponibilizar, por via *On-line*, toda a informação produzida pela APA e entendida como pertinente para o bom desenvolvimento e implementação do Atlas Nacional *On-line*;
 - c. Construir, em conjunto com os diversos Parceiros Institucionais, uma base de dados de informação geográfica partilhada, segundo um formato de webservice;
 - d. Coordenar e colaborar, com os diversos Parceiros Institucionais, na produção de uma base cartográfica comum de modo a que o universo de informação produzido pelas várias fontes seja uniforme.

Cláusula 5.ª

(Aplicação e Deontologia)

A eventual utilização de referências ao Atlas Nacional *On-line* do IGP pela APA está vedado para outros fins que não científicos e, mesmo nestes casos, a APA compromete-se a dar conhecimento prévio de qualquer publicação científica que venha a produzir.

Cláusula 6.ª

(Patrocínios e Menção)

1. Sem prejuízo do dever de confidencialidade a que as Partes se encontram sujeitas no tratamento da informação acima mencionada e, bem assim, das demais obrigações legais e regulamentares que se mostrem exigíveis, a realização da presente iniciativa poderá ser tornada pública, com ressalva do respectivo conteúdo.
2. Em toda e qualquer divulgação do projecto pela APA, deve ser mencionado como principal promotor o IGP.

Cláusula 7.ª

(Propriedade dos Trabalhos)

O resultado final dos trabalhos realizados pela APA, ao abrigo do presente contrato, ficam sendo propriedade exclusiva da APA, comprometendo-se o IGP à sua não utilização para fins que não sejam relacionados com Atlas Nacional *On-line*.

Cláusula 8.ª

(Alterações ao contrato)

Quaisquer alterações ao presente contrato promessa deverão ser feitas mediante documento autêntico, subscrito por ambos os Outorgantes, que deverá conter a redacção das cláusulas alteradas e/ ou aditadas, bem com a indicação das cláusulas suprimidas.

Cláusula 9.ª

(Lei aplicável e Foro)

O presente contrato promessa rege-se pela lei Portuguesa, elegendo as Partes como competente para a resolução de qualquer litígio emergente da interpretação, execução ou integração deste contrato promessa, com expressa renúncia a qualquer outro, o foro da comarca de Lisboa.

Cláusula 10.ª

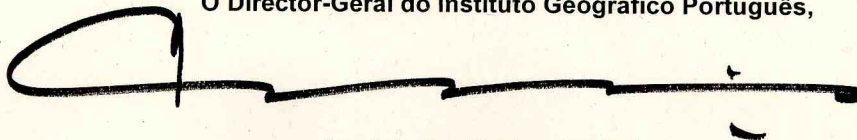
(Vigência do Contrato)

O presente contrato é válido a partir da presente data e vigorará pelo período de tempo necessário à execução do seu objecto.

O presente Termo Adicional está redigido em 3 páginas, todas rubricadas pelos seus outorgantes, com excepção da última, que pelos mesmos vai assinada, e é elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada uma das partes.

Lisboa, 7 de Abril de 2008.

O Director-Geral do Instituto Geográfico Português,



Arménio dos Santos Castanheira

O Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente,



António Gonçalves Henriques